



14ª REUNIÃO ONLINE – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO – AÇÃO 7 PACTO INFÂNCIA SEGURA + COMITÊ PROTETIVO TJ/PR

Data: 29.03.2021 (Segunda-feira, 10h às 11h)

Pauta: 1- Resgate histórico das tratativas do GT Comitê Protetivo/Ação 7 do Pacto Infância Segura, principalmente do conteúdo contido no anexo da Ata da 12ª Reunião do GT, realizada em 12/02/2021: <http://www.infanciasegura.pr.gov.br/Pagina/Acao-07-Servico-Integrado-de-Recebimento-e-Monitoramento-de-Denuncias>; 2- Designação do responsável em cada instituição, para construção do Painel de Monitoramento, como previsto na Ação 7 do Pacto Infância Segura; 3- Levantamento dos dados que cada instituição participe da FORTIS/Comitê Protetivo deseja divulgar no Painel de Monitoramento; 4- Organização territorial das instituições; 5- Outros dados de interesse a serem definidos na reunião.

Canal da Reunião: Plataforma Google Meet - <https://meet.google.com/yak-sbie-ibv>

Moderação: Maj. João Batista Tsuruda Amaral (SESP) / Sílvio Jardim (SEJUF/DEJU).

Público-Alvo: Responsáveis técnicos e Representantes da Força Tarefa Infância Segura/Comitê Protetivo TJ-PR.

Participantes:

SEJUF/DEJU (Sílvio Jardim, Cineiva Campoli Paulino Tono, Jacqueline Monteiro);
SEJUF/DEASE (Cel. Pancotti, Alisson Batista);
SEJUF/DPCA (Angela Mendonça);
SESP PM (Maj. João Batista Tsuruda Amaral, Cap. Cláudio Todisco Silveira);
SESP PC (Ellen Victor);
CEDCA (José Wilson Souza);
ACTEP (Luciano Inacio);
OAB (Cassia Bernardelli);
Conselho Tutelar Curitiba (João);
SEED (Fernanda Paula Evangelista);
SESA (Marilda Keller Zarpelon, Marisa da Costa, Carla Konieczniak);

Conteúdo:



SEJUF/DEJU - Sílvio Jardim: Deu início a reunião dando as boas vindas; Agradeceu ao trabalho do Major Tsuruda e do Coronel Todisco.

SESP PM - Maj. João Batista Tsuruda Amaral: Objetivo da reunião de acelerar o processo do Acordo de Cooperação Técnica para a implementação do Sistema Integrado de alguma forma. Apesar do grande número de reuniões ainda temos pouca efetividade, em especial da criação do portal com números, sem os dados fica difícil o planejamento das políticas.

Já existia na SESP o desenvolvimento de uma plataforma de dados integrados e, por conta disso, se tornou mais rápida a disponibilização pela SESP de seus dados, assim entende-se que a compilação e disponibilização dos dados pelos demais participantes é um processo lento, mas é necessário que os participantes tragam os dados para o compartilhamento. Sendo certo que, quando tivermos o painel completo o acesso será mais fácil e rápido para todos.

Já foram definidos dois níveis de dados, um de amplo acesso e um mais restrito. A SESP já dispõe de um sistema para disponibilizar informações e dados sensíveis com tratamento criterioso de todos os acessos realizados, sendo as corregedorias responsáveis por realizar o controle do acesso a estes dados.

Primeiro precisamos que cada instituição defina o responsável por coletar as informações dos órgãos, para haver uma maior facilidade de contato, definir quem é o responsável, que conhece o sistema para definir os dados. Deixar registrado essa necessidade e assim que possível os senhores nos passarem esses dados.

SEJUF/DEASE - Cel. Pancotti: Enviou um ofício com os dados que podem ser disponibilizados e de qual forma, mas estão aguardando o retorno de vocês.

SEJUF/DEASE - Alisson Batista: Todos os processos correm em segredo de justiça. Já tivemos uma reunião com o Major sobre isso e uma possível regionalização para não correr o risco de identificação do adolescente.

SESA - Marisa da Costa: Apresentou a Marilda da Diretoria Geral da SESA, a Sesa tem diversos sistemas, internamente a necessidade de consultar todas as áreas técnicas com relação a disponibilização dos dados.

SESA - Marilda Keller Zarpelon: Me chamou atenção com relação ao sigilo das informações de saúde, sugestão de uma melhor definição do que será disponibilizado.

SESA - Marisa da Costa: Realizará o envio do plano de trabalho com as atualizações que foram feitas.

SESA - Carla Konieczniak: Notificações em pequenos municípios fica difícil disponibilizar informações, visto que mesmo sem dados qualitativos é possível a identificação.

SESP PM - Maj. João Batista Tsuruda Amaral: Cada instituição possui um conjunto de dados que podem ser de interesse do outros participantes, mesmo que



não possa ser dado específico, mas os estatísticos são de importância para o planejamento de cada instituição para além da SESP.

Pedi para que se realize a indicação de um ponto focal de cada instituição para que assim seja mais fácil o esclarecimento das dúvidas.

Dentro do GT sobre violência, os pontos de avanço mais rápido dos 30 e poucos foram os de prevenção, os da plataforma ainda não avançaram.

Todas as instituições já tiveram aprovação jurídica interna, falta as informações da SESA.

SESA - Marilda Keller Zarpelon: A SESA realizou o pedido de passagem do acordo pela PGE.

SEJUF/DEJU - Cineiva Tono: O que ficou acertado é que o acordo iria formalmente a PGE quando já tivéssemos os dados dos fiscais e as informações dos dados a serem disponibilizados. Esta foi a sugestão da Central de Convênios da SEJUF, que formalizamos o protocolo apenas após essas informações estarem concretas no plano de trabalho.

Alguns itens já tem ações específicas de prevenção que estão sendo abordadas no GT 2.

Abordou a necessidade de trazer o NUCiBER para a discussão, assim como a polícia científica, para que estes nos tragam informações sobre crimes cibernéticos. Pedido para a SESA trazer a apresentação que fez na reunião do CEDCA para o GT.

SESA - Marisa da Costa: Devido a grande complexidade dos sistemas da SESA, precisa estabelecer quais dados devem constar na plataforma, facilitando o desenho de como fazer a disponibilização. A exemplo o sistema de notificação compulsória que é antigo, e não compatível com outros sistemas. O Gabriel já disponibiliza diversas informações ao GT, mas entendendo a complexidade dos sistemas da SESA há a necessidade de consulta dos diferentes setores e suas autorizações, mas também entendemos a necessidade de passar isso para jurídico, o que leva tempo, ainda mais considerando o momento de pandemia que nos demanda muito. O processo agora está com na Diretoria Geral para apontamento de quem poderia desempenhar o papel de fiscal.

SESA - Marilda Keller Zarpelon: Me comprometo a passar o mais rápido possível o nome do fiscal.

SEJUF/DEJU - Cineiva Tono: Sugestão que a SESA venha nos apresentando aos poucos os dados que possuem e apontando o que pode ou não apresentar, assim com o DEASE com o Alisson realizando a mesma apresentação e apontando as possibilidades de disponibilização ou não.

SESP PM - Maj. João Batista Tsuruda Amaral: iniciativa interna de que os policiais ao receberem as informações façam uma melhor narrativa; incluir dados que faltam no disque denúncias, capacitação no decorrer do contato com uma



abordagem mais insistente, pensar se é viável; Possibilidade de levantar dados de criança em casos de violência doméstica, necessário levantar com o TJPR. Solicitado uma capacitação de notificação compulsória, mas não se estabeleceu quem participaria, as instituições coletarem os mesmos dados, as formas de coletar os dados de forma alinhada.

Encaminhamentos:

- Envio por parte da SESA do nome do fical do Acordo de Cooperação;
- envio por parte da SESA dos dados a serem disponibilizados;
- Definição junto ao DEASE dos dados de possível disponibilização.

Elaborada por Jacqueline Silva Monteiro, Residente Técnica.

Curitiba, 29 de Março de 2021.

Sílvio Jardim
Chefe do Departamento de Justiça - SEJUF
Coordenador Geral FORTIS

Cineiva Tono
Gerente de Projetos – DEJU/SEJUF

Maj. João Batista Tsuruda Amaral
Chefe de Assessoria de TIC - SESP